



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA  
BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

MARIA SOFIA MOREIRA RÊGO

**DO NADA A LUGAR NENHUM?**  
**Observando tecnologias de expulsão e interferências urbanas na cidade do**  
**Recife: o caso da Avenida Dantas Barreto**

Recife

2024

MARIA SOFIA MOREIRA RÊGO

**DO NADA A LUGAR NENHUM?**

**Observando tecnologias de expulsão e interferências urbanas na cidade do  
Recife: o caso da Avenida Dantas Barreto**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Bacharelado em  
Museologia da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Francisco Sá Barreto dos  
Santos

Recife

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Rêgo, Maria Sofia Moreira.

Do nada a lugar nenhum? Observando tecnologias de expulsão e  
interferências urbanas na cidade do Recife: o caso da Avenida Dantas Barreto  
/ Maria Sofia Moreira Rêgo. - Recife, 2024.

46 p. : il.

Orientador(a): Francisco Sá Barreto dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia -  
Bacharelado, 2024.

10.

Inclui referências.

1. Paisagem. 2. Patrimônio. 3. Gentrificação. 4. Modernidade. 5. Urbanização.  
6. Recife. I. Santos, Francisco Sá Barreto dos. (Orientação). II. Título.

300 CDD (22.ed.)

MARIA SOFIA MOREIRA RÊGO

**DO NADA A LUGAR NENHUM?**

**Observando tecnologias de expulsão e interferências urbanas na cidade do Recife: o caso da Avenida Dantas Barreto**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: Outubro de 2024

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Francisco Sá Barreto dos Santos  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Hugo Menezes  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Profa. Dra. Elaine Muller  
Universidade Federal de Pernambuco

## RESUMO

A pesquisa busca localizar como o projeto de construção da Avenida Dantas Barreto se concretiza na realidade contemporânea. Para isso, a discussão é elaborada a partir de três conceitos norteadores: modernidade, patrimônio e paisagem. Partindo de uma contextualização histórica a respeito da modernização das cidades brasileiras, discute-se o processo desenvolvido no Recife, passando pelas polêmicas demolições e finalizando com uma observação participante da avenida. Ao final do trabalho, conclui-se que a Dantas se apresenta como um testemunho do empreendimento especulatório de expulsão do centro do Recife, ao mesmo tempo em que se contrapõe como uma tentativa falha do mesmo, pela falta de êxito no processo de gentrificação mobilizado pelo poder público. Foram identificados movimentos de intervenção social em meio ao processo de construção da Dantas, porém, entende-se que não configuram necessariamente um movimento de resistência às modificações do espaço urbano, mas uma maneira da sociedade de se ver e fazer presente na elaboração da realidade urbana recifense.

**Palavras-chave:** Paisagem; Patrimônio; Modernidade; Urbanização; Gentrificação.

## **ABSTRACT**

The research aims to analyze how the building of Dantas Barreto Avenue took place in the historical center of Recife in the 20th century, and how it came to fruition in contemporary reality. The discussion is based on three guiding concepts: modernity, heritage and landscape. Starting off with a historical context of the modernization of Brazilian cities, then taking a closer look on the process developed in Recife, including the controversial demolitions and ending with a participative observation of the avenue. At the end of the work, it is concluded that the avenue stands as a testimony to the speculative enterprise of expulsion that happened in the center of Recife, while at the same time it stands as it's failed attempt, due to the lack of success in the gentrification process mobilized by the public authorities. Movements of social intervention were identified in the midst of the avenue's construction process, but it is understood that they do not necessarily constitute a movement of resistance to changes in the urban space, but rather a way for society to see itself and make itself present in the development of Recife's urban reality through their interferences.

**Keywords:** Landscape; Heritage; Modernity; Urbanization; Gentrification.

## SUMÁRIO

1	Introdução	8
2	A Cidade do Recife: Uma nova Cidade Moderna	11
3	O Recife Moderno e o Patrimônio	18
4	A Paisagem da Dantas Barreto entre avenida-pensada e avenida-vivida	25
5	Conclusão	42
	Referências	44

## 1 Introdução

O presente trabalho debruça-se sobre a construção da Avenida Dantas Barreto, compreendendo essa intervenção como um fenômeno urbano, moderno, econômico e social. Para isso, propõe-se uma discussão acerca da urbanização na cidade do Recife, a realização dessa “nova” cidade por meio da destruição de parte significativa do seu patrimônio, e a paisagem estabelecida, tendo a Dantas como lócus e objeto do estudo.

Percebe-se que a sociedade recifense, ao longo do século XX, pautou o apagamento da arquitetura e cultura locais, para valorizar modelos de modernização utópicos, muitas vezes emulando exemplos externos, criando uma realidade urbana que não mais se configurava colonial, tampouco moderna, mas um espaço descaracterizado, onde os próprios sujeitos sociais intercedem para o apagamento da história criada e vivida (Santana e Oliveira, 2010).

No entanto, esse processo não se deu de forma homogênea, registrando-se a manifestação de agentes com interesses díspares em relação aos usos e à produção da cidade. Além disso, a ação do tempo naturalmente também apresenta interferências ao espaço edificado, auxiliando nas justificativas para as modificações da memória local em nome da modernidade, representada pela urbanização e pautada no uso comercial do território, beneficiando as lógicas do mercado através da especulação imobiliária.

Apesar de muitos autores tratarem essa intervenção como algo negativo, limitando-se às lamentações em nome daquilo que foi perdido, entende-se que esse é um processo “natural” da reprodução da sociedade no espaço urbano, ou seja, as renovações de uma sociedade que não se vê nos testemunhos de outras épocas, e de certa forma, tem o desejo de ver erguido algo que seja “seu”.

É o caso da Avenida Dantas Barreto, localizada no centro do Recife, cujo surgimento está relacionado a um momento de negação da estética colonial, quando deperta-se o desejo por uma nova cidade, uma cidade moderna, e que resulta, também, de uma estratégia de expulsão, como discutiremos mais à frente.

Curiosamente, à primeira vista, esse fenômeno vai de encontro ao pensamento de Jeudy (2005) sobre a obsessão da conservação e do restauro que

estão alinhados ao conceito da maquinaria patrimonial, que descreve a lógica de transformação de tudo o que é elemento da cultura em bem cultural.

Porém, com a massificação da modernidade e da transformação pautada pelo mercado, a Dantas passa por modificações que buscavam torná-la uma paisagem de poder (Zukin, 2000), enquanto centro comercial da cidade, ou o que seria chamado por Lefebvre (2001) de a “cidade do capital”. Mas, como toda cidade do capital, pela lógica de acumulação pela acumulação, a metrópole, aqui representada pela Dantas, implode em si mesma, representando assim um fracasso (Carlos, 2020). Enquanto a sua idealização partiu do objetivo de ligar o Viveiro do Muniz (atual Praça Sérgio Loreto) à Praça da República, a sua realidade contemporânea tem seu significado esvaziado, sendo a avenida comumente associada a uma ideia de fracasso e inutilidade.

Assim, a lógica da maquinaria patrimonial (Jeudy, 2005) que visa tudo conservar, nada destruir, vai se manifestar, na verdade, na opinião pública e na revolta das pessoas pelo espaço demolido. E aqui entra uma série de questões complexas (com vários nexos e caminhos possíveis de interpretação). Do lado da demolição, estavam aqueles que almejavam uma cidade nova, moderna, que se encaixasse nos padrões dos grandes centros europeus, uma ideia de progresso e desenvolvimento que apostava suas fichas na construção da nova avenida. Do lado da preservação do patrimônio, havia um grupo diverso, composto por intelectuais, habitantes da região, fiéis e pelas instituições de salvaguarda.

Buscamos, então, localizar como o projeto de construção da Dantas Barreto se concretiza na realidade na década de 2020. Para responder ao questionamento, estabelece-se os seguintes objetivos específicos: Compreender as transformações da Dantas Barreto e seu patrimônio; Investigar a construção da paisagem a partir dos elementos da Dantas Barreto; Discutir os usos contemporâneos da avenida.

Assim, discutiremos o processo de construção da Dantas a partir dos três conceitos que norteiam esta pesquisa: modernização, patrimônio e paisagem. No capítulo seguinte, levantamos uma problematização sobre a formação das cidades modernas e contemporâneas no Brasil, adentrando a discussão a respeito do objeto principal da nossa análise: a Avenida Dantas Barreto, como representante do modelo recifense de intervenção baseado na expulsão e na verificação da degradação, como discutiremos mais detalhadamente no capítulo 3.

No capítulo quatro, localizamos o nosso objeto na dicotomia entre paisagens de poder e paisagens interferentes, entre avenida-pensada e avenida-vivida, por meio de uma "observação caminhante", para reforçar e explicitar a nossa argumentação de que a ideia de "fracasso" comumente atribuída àquele espaço reside na falta de êxito da tentativa de expulsão que sua construção mobiliza.

Questiona-se, portanto, o que é o fracasso para uma avenida, ou mesmo para uma cidade? Posto que o desenvolvimento das localidades é heterogêneo, logo, o que é o fracasso para uma realidade, não necessariamente será para outra. O fracasso não é um padrão estático, mas uma atribuição de sentido que parte da observação do processo de produção social da cidade em meio a suas crises, e que, como tudo, dependerá daquele que observa.

## 2 A Cidade do Recife: Uma nova Cidade Moderna

A vida na cidade se transformou ao longo dos séculos, influenciada por fenômenos urbanos recorrentes, que possuem uma ontologia sofisticada, ligada a poderosas e profundas raízes em uma história que é antiga (mas não distante), sobretudo em cidades latinoamericanas. Para trilhar os caminhos a um entendimento do que pode ser essa cidade, é imprescindível manter em mente, primeiro, as origens do Brasil: um território invadido, com suas populações nativa e diaspórica escravizadas, estupradas e exterminadas durante séculos, ou seja, pessoas tratadas como objetos constituem um paradigma para essa nação que se formava desde o século XVI.

Esse modelo se perpetua, a rigor, por quase quatrocentos anos, quando a abolição é assinada (e apenas isso) num Brasil já em vias de se tornar uma República, anunciando novas estratégias, mais elaboradas, para a manutenção dessa realidade desigual. Enquanto isso, do outro lado do Atlântico, a Revolução Industrial arrebatava o século XIX e segue a todo vapor, ganhando força no Brasil durante o século XX.

A menção a esses dois processos pode, à primeira vista, parecer arbitrária, tratando-se de recortes espaciais tão distantes. No entanto, ambos estão visceralmente conectados. Autores como Quijano (2009), McClintock (2010) e Galeano (2018) exploram essa ligação em seus trabalhos, por diferentes abordagens, todos investindo na tese de que uma dita “modernidade” só pôde estabelecer-se a partir dos processos mobilizados pelo colonialismo, que, em uma escala global, garantiram prosperidade às “grandes nações” em detrimento da usurpação das riquezas de países de “terceiro mundo” e da exploração de suas populações.

Não por acaso, portanto, é que no mesmo período, inicia-se o abrupto e acelerado fenômeno de ocupação dos centros urbanos brasileiros, conectado ao crescimento da atividade industrial que adentrava as capitais e da conseqüente demanda de trabalho pelos migrantes das zonas rurais. Esses movimentos transformaram o Brasil, um país com tradições rural e agrícola seculares, em um território predominantemente urbano (Maricato, 2021). Contudo, apesar dessa radical mudança na forma, por assim dizer, dos ambientes habitados, o conteúdo e

as lógicas das relações sociais, políticas e de trabalho, bem como as ferramentas de construção dessas cidades, permanecem muito semelhantes àqueles de uma “pré-urbanização” e dos modelos que discutimos anteriormente.

Esse arquétipo de cidade, então – aquilo que aprenderíamos a chamar, grosso modo, de cidade moderna –, cresce em função da indústria, apoiada sobre uma mão de obra “farta e barata”, preta e pobre. “É uma industrialização dos baixos salários” (Maricato, 2021), conectada aos escassos (quase-nulos) direitos trabalhistas, que garante, portanto, a manutenção dos princípios escravistas na metrópole. É neste mesmo período que, decorrente desse êxodo e do inédito “inchaço” populacional dos centros urbanos, emerge a questão da moradia no país, como discutiremos mais à frente. Maricato (2021, online) introduz essa discussão, a partir das dinâmicas do Brasil no século XX:

“A população se instala nas cidades sem estado e sem mercado. [...] Sem alternativas habitacionais. E sem morar ninguém vive [...] Moradia é uma mercadoria de consumo compulsório, [...] que depende das políticas públicas e depende do mercado privado capitalista, mercado imobiliário. [...] A maior parte das moradias são construídas pelos próprios trabalhadores no Brasil, [...] sem políticas públicas. [...] Nós temos um estado que não controla o uso e ocupação do solo; é uma questão estrutural, de exclusão. É um capitalismo periférico, e nós estamos falando da maior parte das cidades [...]”.

Associado ao desenvolvimento da indústria, também se fortalece um desejo de modernização, então presente em todo o globo, e assim chegam ao Brasil os ideais do movimento moderno, de um “urbanismo ortodoxo” como diria Jacobs (2014), influenciados principalmente pela Cidade-Jardim de Ebenezer Howard e pela Ville Radieuse de Le Corbusier. Esses ideais são criticados por Jacobs, como modelos de “anti-cidade”, pois estavam ancorados na ideia de segregação dos espaços urbanos de acordo com sua funcionalidade. Ou seja, na intenção de setorizar a cidade entre zonas de comércio, negócios, lazer, moradia, etc.

“Como um ego visível e enorme, ela [a Ville-Radiesuse] representa a realização de um indivíduo. Mas, no tocante ao funcionamento da cidade, tanto ela como a Cidade-Jardim só dizem mentiras.” (Jacobs, 2014, p. 23).

Essas influências culminam não somente na construção de uma cidade-modelo destinada a hospedar a nova capital do país, como também em grandes intervenções nas principais cidades brasileiras.

É interessante recuperar aqui o já citado debate sobre modernidade e

colonialidade, utilizando sobretudo as perspectivas de Quijano (2009), para pensar o surgimento do elemento do moderno nas recém-formadas metrópoles do país e especialmente nos processos que ocorreriam na cidade do Recife durante o século XX. Como essa simbiose se manifesta no meio urbano brasileiro?

Arriscamos uma tradução desses conceitos em dois outros semelhantes, constitutivos de nosso modelo de nação: a ordem e o progresso (ou ainda: a tradição e o desenvolvimento). O projeto de modernização das cidades brasileiras ilustra bem esse conflito. Para adequá-las aos padrões dos grandes centros mundiais, mirando no progresso, mantém-se uma ideia de ordem através de estratégias de exclusão, distinção e invisibilidade de corpos não-quistos, que “poluem”, “degradam” as ruas e a paisagem. Ou seja, cidades modernas são cidades limpas e, portanto, brancas.

Trata-se de uma máquina de degradação sempre apontada a um narrador pobre, preto e silenciado. A Recife gloriosa deseja o futuro à medida que produz como degradado o que lhe é sincrônico; vive amarrada em suas diacronias quase anacrônicas, fora do tempo. (Sá Barreto, 2022, online).

Devemos destacar, como alerta Sá Barreto, que, em grande parte, essas estratégias de exclusão possuem um radical-comum: a produção da degradação (ou simplesmente de um discurso sobre o degradado – e poderíamos adentrar um longo debate sobre como os veículos de comunicação operam em reforço desse discurso, porém, aqui, mais nos interessam as consequências desses movimentos), que é utilizada para legitimar as remoções e intervenções que servem aos interesses da especulação imobiliária. Assim, gentes e ambientes degradados tornam-se descartáveis.

Contudo, as estratégias citadas aqui não são exclusivas do Recife, tampouco de outros grandes centros brasileiros. Podemos encontrar narrativas de outras partes do mundo, muito cruas, e com uma reflexão bastante cuidadosa sobre esses fenômenos, apresentadas por Rolnik (2015) já nas primeiras linhas do seu “Guerra dos Lugares”:

Como milhares de outras pessoas no país, os habitantes de Andong são vítimas da usurpação de terras - urbana e rural -, que tem provocado remoções e levado as pessoas a morarem nas ruas. Com a economia crescendo, terras estão sendo transferidas para agricultura, mineração, turismo, pesca e incorporação imobiliária. Os despejos e confiscos podem ser violentos, incluindo incursões no meio da madrugada pela polícia ou

militares. "Eles chegaram às duas da manhã", contou Mao Sein, "com cassetetes elétricos e nos empurraram para os caminhões, onde enfiaram algumas das nossas coisas e nos trouxeram para cá." [...] a paisagem de Phnom Penh se transforma rapidamente com a construção de torres e shopping centers. Já em Andong, as pessoas constroem suas próprias casas lentamente, e já se vê uma rua parcialmente pavimentada. Mas Mao Sein desconfia de que essa possa ser uma moradia temporária, mais uma vez. A periferia de Phnom Penh está a poucos quilômetros de distância e, se a cidade continuar a se expandir, ela e seus vizinhos logo serão forçados a se mudar novamente (p. 143-144).

É possível traçar paralelas claras entre o relato de Rolnik no Camboja de 2008 e aquilo que Maricato (2021) discute a respeito da industrialização brasileira durante o início do século XX. Embora separados por aproximadamente cem anos e 17 mil quilômetros de distância, a proximidade entre os dois fatos evidencia uma história que se repete incansavelmente até a atualidade, sobretudo nos territórios pertencentes ao chamado "sul global", e à qual não parece haver um fim iminente. É o caso do Edifício Holiday, no Recife da contemporaneidade, que demonstra uma articulação bastante semelhante.

Os autores Gledhill e Hita (2018, p. 52) também ilustram a experiência brasileira, reforçando o debate sobre a questão da moradia e as constantes remoções, ao resgatar um conceito importante para nos auxiliar na compreensão de algumas dessas tecnologias contemporâneas:

É importante reconhecer, como mostra Collins, que as "vítimas" desse despejo em massa não falharam inteiramente em "agência", apesar de terem sido submetidos a um aparelho estatal altamente coercitivo, cuja "mão esquerda", constituída de profissionais de saúde e trabalhadores sociais, os considerava como degenerados que precisavam de ajuda e higienização. Enquanto isso, a "mão direita", sob a forma de um batalhão da polícia militar, foi encarregada de assegurar que essas pessoas não resistissem ao despejo, ou tentassem retornar às suas casas anteriores, processo que adquiriu reputação na cidade toda pelo intransigente uso da violência.

No trecho, os autores tomam emprestados os termos utilizados por Loïc Wacquant (2009, p. 6), no seu texto *Punishing the Poor*, que faz referência a Pierre Bourdieu, para sustentar a ideia de que através da "mão esquerda" do estado é que se daria "a regulação da classe trabalhadora", que está "representada pelas leis trabalhistas, pela educação, saúde, assistência social e moradia popular", mas que tudo isso é "suplantado pela 'mão direita', aquela da polícia, da justiça e das administrações correcionais, cada vez mais ativas e intrusivas nas zonas sociais e urbanas subalternas".

É interessante observar que, de forma análoga, e mesmo atravessada, àquele citado acima, um discurso sobre a cultura é mobilizado para produzir intervenções nas cidades. Ou seja, políticas de cultura estariam, também, operando através da dita "mão esquerda". Hoje, esforços de modificação do espaço e a reprodução desses discursos estão mais direcionados a um tipo específico de consumo cultural, conectados aos modelos do mercado global (além das movimentações da especulação imobiliária, já citadas acima), como o turismo. A instalação de equipamentos culturais, como os museus, nas regiões de centro das cidades é um exemplo deste processo.

Buscamos, então, localizar esses movimentos nas transformações do Recife durante o século XX, sobretudo quando da construção da Avenida Dantas Barreto: é possível observar implicações entre agências de cultura na cidade, lógicas patrimoniais e a dinâmica sorrateira da gentrificação?

Ainda nos primeiros anos do século XX, surge no Recife uma negação da estética arquitetônica colonial, que se apresenta a partir das obras de remodelação da região portuária, no Bairro do Recife, e se intensifica nos bairros de Santo Antônio e São José a partir da década de 1930 (Oliveira e Moreira, 2023). Iniciam-se planos e obras visando a readequação da malha urbana aos novos padrões modernistas importados de grandes centros europeus como Paris.

Tudo isso representava a materialização das expectativas de transformar o Recife em uma grande metrópole, um centro urbano moderno e próspero, capaz de "competir" com outras capitais brasileiras e atrair investimentos e desenvolvimento para a região. A verticalização dos bairros centrais, precedida pela construção da Avenida 10 de Novembro (atual Avenida Guararapes), o alargamento da Praça da Independência e da Avenida Conde da Boa Vista e a construção da Avenida Dantas Barreto, iniciados na década de 1940 (Pontual e Cavalcanti, 2003), são alguns exemplos desse processo.

Este último, objeto de nosso trabalho, mobilizou grande controvérsia na cidade, entre aqueles que apoiavam as suas transformações – motivados pelas promessas de desenvolvimento que aquelas obras proporcionariam – e os que defendiam a preservação do espaço edificado, estando entre eles comerciantes locais, intelectuais, habitantes da região e tradicionalistas munidos de seus saudosismos coloniais. Tal embate se deu, pois, para dar lugar ao que seria apenas o início da construção da nova avenida, ocorreram contínuas demolições de

sobrados, casas de comércio e outras edificações, como a Igreja e o Pátio do Paraíso, até a fase final de sua construção, quando travou-se a batalha contra a demolição da Igreja dos Martírios, localizada no Bairro de São José desde o ano de 1796, processo que discutiremos no capítulo seguinte.

De 1920 a 1940, a modernização do Recife permaneceu como sinônimo de destruição do tecido colonial expressando influências e traduções do urbanismo modernista. Esta representação dos urbanistas era encampada por Novaes Filho, que como Prefeito efetivou tais intervenções, tanto que a Av. Dantas Barreto junto a Av. 10 de Novembro e a Praça da Independência compunham o conjunto urbano marca do trabalho, da firmeza e da obstinação dos que faziam o Estado Novo. (Pontual e Cavalcanti, 2003, p. 4).

O período de modificações promovidas pelo Estado Novo é caracterizado por uma série de intervenções higienistas, e no Recife, está representada sobretudo pela Liga Social contra o Mocambo e pelas figuras dos então governador e prefeito, Agamenon Magalhães e Novaes Filho.

A Liga Social Contra o Mocambo foi uma medida urbanista-higienista a qual tinha a finalidade de retirar os mocambos do centro da cidade do Recife, porém não combateu a questão social e a pobreza que os habitava. Além disso, era utilizada mais como propaganda para o interventor Agamenon Magalhães e para o fortalecimento político e ideológico do Estado Novo em Pernambuco [...]. (Cavalcanti, 2015, p. 228).

Portanto, é neste contexto de industrialização e, logo, modernização globais, que cresceu o sentimento de aversão aos elementos que compõem a arquitetura colonial, como já citado. Assim, “se ergue uma razão desenvolvimentista que ama o passado glorioso da cidade, mas ostenta freneticamente o desejo do novo, de uma cidade que precisa sempre e sempre se redimir de seus atrasos vergonhosos” (Sá Barreto, 2022, online). A cidade passou a ser “vista como um corpo que precisava ser cuidado”, e esses elementos foram associados a uma ideia de sujeira, de coisa antiga, como apresentam Pontual e Cavalcanti (2003); “Nas palavras de Novaes Filho estão sintetizadas as visões de uma época de modernizações:”

“Logo terminem as demolições dos restantes prédios para alargamento da Praça da Independência, iremos dar início às obras da Avenida Dantas Barrêto, **fazendo desaparecer os bêcos infectos, as casinholas modestas**<sup>1</sup>, para que a nova artéria, que será o orgulho do meu Recife, comece a crescer para prestígio da cidade (...)” (Folha da Manhã, 04/01/1945). (Pontual e Cavalcanti, 2003, p. 4)

---

<sup>1</sup> Grifo nosso.

Embora as autoras também se esforcem para analisar criticamente os processos da política higienista do Estado Novo, de Novaes Filho e Agamenon Magalhães, é ao mínimo sintomático que utilizem uma analogia para a cidade como esse corpo enfermo, levando a uma possível leitura de que as remoções "precisavam" ocorrer e "remediariam" os problemas da cidade. Afinal, as ações sanitaristas atingiriam não apenas as edificações, mas mais importante do que isso, afetariam também as vidas daqueles que as habitavam.

Por fim, julgamos pertinente provocar alguns questionamentos: seria de fato possível atingir essa dita modernidade? E uma vez conquistada, a quem ela serviria e o que significaria para uma sociedade? Como podemos refletir sobre o processo de transformação do Centro do Recife no séc. XX a partir dessa perspectiva? Talvez Andreas Huyssen (2000, p. 69), no seu *Seduzidos pela memória*, nos aponte para um possível esclarecimento, ao afirmar que "ser radicalmente moderno significa cortar todos os elos de ligação com o passado". Se isso define a modernidade, então ela nunca se concretizou. Com esse mote, partimos para a discussão do "Recife Moderno" no capítulo seguinte, e as transformações patrimoniais que surgiram enquanto consequência dessa visão de mundo.

### 3 O Recife Moderno e o Patrimônio

A Dantas Barreto, idealizada para ser a principal rota de transporte do centro do Recife até a zona sul, é marcada por controvérsias na cidade desde o início de sua construção. Isto se deu, sobretudo, pois a prerrogativa de sua existência é a demolição de centenas das edificações do período colonial que caracterizam o tecido urbano da Ilha de Antônio Vaz (ainda assim) até os dias atuais. Hoje a ilha é considerada uma das mais importantes zonas de preservação do patrimônio histórico-cultural da cidade do Recife, identificada como ZEPH-10 pelo Plano de Preservação de Sítios Históricos do Recife (PPSH-Recife), compreendendo os bairros de Santo Antônio e São José. Neste capítulo, discutiremos o processo de construção da avenida, assim como as mudanças na relação da cidade do Recife com o seu patrimônio, os conflitos decorrentes desse período e as reflexões pertinentes a cada um desses movimentos.

Muito influenciado pelo ilusório princípio da tábula rasa, "que preconiza a transformação de uma cidade no intuito de criar algo 'novo', de fazer escolhas sobre o seu presente e o seu futuro" (Santana e Oliveira, 2010, p. 522), nos anos 1920, o Recife alerta para a "necessidade" de se "reinventar", com uma campanha em prol de sua modernização (Moreira, 2023). Como resultado dessa efervescência, foram elaborados planos urbanísticos para a criação de duas grandes vias que cortariam os bairros de Santo Antônio e São José. "Ao total foram elaborados oito planos: Domingos Ferreira (1926 e 1927), Nestor de Figueiredo (1930, 1932 e 1934), Atílio Corrêa Lima (1936), Comissão do Plano da Cidade (CPC, 1938) e Ulhôa Cintra (1943)" (Pontual e Pereira, 2011, p. 101).

À frente desse movimento estava o prefeito Novaes Filho, responsável pelas apressadas intervenções na Av. 10 de Novembro, atual Avenida Guararapes, que resultaram na expropriação e demolição de dezoito quarteirões inteiros, neste caso com o duro prazo de 40 dias (Moreira, 2016). A frenética tentativa de modernização da cidade se manifestou através de uma série de medidas sanitaristas lideradas por Novaes Filho, como apresentamos no capítulo anterior, e reflete uma busca pelo futuro com raízes arcaicas que nunca foram ultrapassadas. Tudo isso se apresentará de maneira absolutamente semelhante na construção da Dantas Barreto, exceto pela velocidade de sua construção.

A região que compreende a Ilha de Antônio Vaz, que antes concentrava edifícios coloniais, com a abertura das vias, passou por um intenso processo de verticalização, paralelo à reconstrução do tecido urbano da cidade, alterando os usos do centro e impactando diretamente a paisagem do Recife em prol do aumento da lucratividade advinda do solo urbano. Não à toa, quase 100 anos após o início dessas obras, são evidentes os esforços de agentes para a contínua remodelação desse espaço, com as mesmas estratégias de verticalização e gentrificação do centro (sempre ancoradas nos anseios pelo lucro) e os decorrentes impactos na paisagem urbana, como é também o caso das "Torres Gêmeas", no Cais de Santa Rita, e do Projeto Novo Recife, no Cais José Estelita.

Assim, na década de 1940, novos edifícios modernistas foram entregues à população, junto com a conclusão da Avenida Guararapes - com uma configuração já bem próxima de como se apresenta nos dias atuais. É quando iniciam-se, também, as obras da Avenida Dantas Barreto, no ano de 1943. Neste mesmo ano, ainda, foi inaugurada a ponte Duarte Coelho, ligando o Bairro de Santo Antônio à avenida Conde da Boa Vista. Outras intervenções aconteceram no Pátio do Paraíso e na Igreja de Nossa Senhora do Paraíso no ano seguinte, demolidos para a construção da Dantas Barreto (Pontual e Cavalcanti, 2003 e Loretto, 2008).

No entanto, esse "progresso" não se deu de forma harmônica, pelo contrário. Paradoxalmente, inclusive, o próprio Ulhôa Cintra, urbanista responsável pela elaboração do plano final, que previa a construção das avenidas e que fora aprovado pelo Comissão do Plano da Cidade em 1942, escreve em seu relatório que o desenvolvimento do Recife deve respeitar o processo de construção histórica da cidade, considerando fatores culturais e ambientais como requisito, de modo a não esvaziar o sentido desses lugares.

“Percorri demoradamente os bairros velhos e me convenci da justeza dos conselhos daquele urbanista de coração. Ao lado de chagas, sem dúvida, depararam-se-me inúmeras visões arquitetônicas isoladas e de conjunto, de uma arquitetura simples e honesta que a evolução modernista raramente consegue superar. Enfim, muito mais coisa de conservar que de destruir” (Revista Arquivos, 1943, p. 270 apud Pontual e Cavalcanti, 2003).

É importante destacar que, até o ano de 1937, quando ocorreu a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), não existiam instituições voltadas para a preservação do patrimônio edificado no Brasil. Logo,

essas políticas eram ainda bastante recentes, pouco estruturadas, e não possuíam a força para frear as movimentações dos ideais disruptivos da arquitetura modernista. Consequentemente, esta tinha o aval para modificar a realidade urbana do centro do Recife sem grandes imposições. Assim, apesar de haver muitas construções passíveis (e carentes) de preservação, isso não ocorreu, e uma parcela significativa desse patrimônio foi demolida pela falta de uma proteção institucional robusta. Além disso, havia ainda um claro conflito de interesses, pois esta plataforma institucional era utilizada para privilegiar os interesses mercadológicos da especulação imobiliária. Para Moreira e Oliveira (2023), fica evidente que esses instrumentos de preservação atribuíram pareceres enviesados de acordo com os proponentes de cada projeto - neste caso, concedendo uma permissividade excessiva aos arquitetos modernistas da época.

A fundação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi feita por intelectuais claramente inclinados ao modernismo, evidenciando os fortes laços entre o sistema de preservação e a arquitetura moderna. Arquitetos modernos, como Acácio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo, também participaram ativamente do 1º Distrito do DPHAN<sup>2</sup> como consultores, mas estavam ao mesmo tempo buscando atender demandas do mercado imobiliário (Moreira e Oliveira, 2023).

Portanto, à medida em que as edificações modernistas foram chanceladas, inclusive pelos instrumentos de preservação, foram, aos poucos, sendo incorporadas à paisagem urbana do Recife e, eventualmente, tornaram-se também marcos da arquitetura da cidade. Com alguma ironia, hoje lutam pelo reconhecimento de seu valor histórico e patrimonial, enfrentando (porém, agora, do lado oposto) uma batalha semelhante contra a ação da especulação imobiliária. Jeudy (2005) discute esse fenômeno da “incorporação” urbana, nos fazendo questionar quais tipos de criações contemporâneas passarão por processo semelhante.

O que é decretado publicamente signo de feiura, ao adquirir valor patrimonial, impõe-se algum tempo mais tarde como um símbolo da cidade. Os gestores urbanos podem exercer suas escolhas arbitrárias; sofrerão eventualmente uma chuva de reprovações coletivas. Mas, ao longo do tempo, têm todas as possibilidades de acabar vitoriosos, uma vez que o fruto de suas decisões se integrará ao território da cidade como o signo patrimonial de uma época (Jeudy, 2005, p. 81-82).

---

<sup>2</sup> Em 1946, o SPHAN transformou-se na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), permanecendo pertencente ao Ministério da Educação e Saúde. (Rezende et al., 2015).

No caso da Dantas Barreto, o processo de verticalização que acompanhava sua construção configurava-se como “signo de feiura” para alguns, para outros, era “a cara” do progresso. No entanto, em paralelo, as obras da avenida paralisaram e se estenderam por muito tempo, tornando-se um grande problema para a cidade, pois pareciam intermináveis e atrapalhavam o trânsito - o mesmo que se propusera a otimizar quando de sua idealização. Vale pontuar que as críticas à sua construção continuaram (e se intensificaram) nos anos 1950, a partir do entendimento de que a abertura da via “passou a representar um contra-senso”, como cita Reynaldo (1998, p. 298 apud Loretto, 2008, p. 152):

[...] passou a ser divulgado que as propostas para problemas de tráfego de áreas antigas deveriam evitar as soluções centralistas, por essas demandarem um grande número de destruições, sendo preferível a adoção de um partido perimetral, que contornasse a área em questão, [...] nesse momento, já haviam desaparecido as razões que culminaram na sua formulação como um grande eixo viário de interligação norte-sul. Com o processo de abertura da Avenida Agamenon Magalhães, [...] idealizada por Ulhôa Cintra, essa conexão na cidade seria realizada, sendo pouco necessário e pouco recomendável a execução de uma obra tão drástica quanto a Dantas Barreto, que cortaria longitudinalmente dois bairros inteiros.

Apesar disso, as obras foram retomadas e a avenida foi, eventualmente, entregue, sendo construída em três longas etapas. A sua construção foi realizada no sentido norte-sul, partindo da Praça da República até a Praça da Independência (posteriormente apelidada de “Pracinha do Diário”). A partir dela, o segundo trecho foi pavimentado até a Praça do Carmo e, por fim, após longo hiato, o terceiro encerraria as obras na Praça Sérgio Loreto. Cada uma dessas etapas levou aproximadamente uma década para ser concluída (Pontual e Cavalcanti, 2003).

E para a avenida passar, em cada trecho, mais demolições. Logo após o início de sua construção, já no ano de 1944, a demolição da Igreja e do Pátio do Paraíso foi um evento estranhamente pouco discutido e pouco polêmico naquele momento, isso porque:

Apenas entre 1938 e 1939, anos da primeira leva de tombamentos do SPHAN, 16 bens foram tombados no Recife, sendo 13 deles de natureza religiosa. O tombamento de um imóvel implicava que o seu entorno passaria a ser regulado pelo SPHAN, existindo um “círculo de proteção” ao redor do bem (Oliveira e Moreira, 2023).

Além disso, Loretto (2008) descreve minuciosamente a história do conjunto do Paraíso, desde sua construção até os usos que possuía naquele período de

início de século 20. Destaca-se que a Igreja e o Pátio possuíam, ainda, relevância social e cultural expressivas para a região. A partir desse resgate, é possível levantar questionamentos quanto às motivações e justificativas para uma demolição tão pouco "considerada" pela população.

No entanto, a fim de evitar o equívoco de uma discussão demasiado superficial ou reducionista, é importante manter em mente o contexto político de autoritarismo presente no Brasil durante este período, tornando qualquer tipo de oposição às ações governamentais um risco em potencial.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por sua vez, omitiu-se da decisão sobre a destruição do templo, já que não o tombou, nem se envolveu com o seu processo de demolição. É importante salientar que, no ano de 1938, foram salvaguardadas institucionalmente as primeiras igrejas do Recife, [...] ficando o Paraíso excluído dessa lista (Loretto, 2008, p. 119).

Os argumentos oficialmente utilizados para legitimar a exclusão do templo do processo de tombamento apoiavam-se no histórico de intervenções que recebeu, apresentando, àquela época, uma arquitetura eclética, e que portanto, julgada como "descaracterizada", se distanciava da ideia de "originalidade" e daquilo que era "digno" de ser preservado: os testemunhos edificados do Brasil Colônia, com o específico recorte daqueles que apresentavam uma arquitetura do poder - neste caso, em maior parte, o poder da Igreja Católica -, uma vez que os sobrados eram considerados descartáveis. Entende-se, portanto, que essa justificativa levou ao não-tombamento da Igreja e ambos tornaram-se os fatores principais que levaram à sua demolição. Essa compreensão está bem apresentada na nota escrita por Mário Melo ao Diário de Pernambuco:

Não há razão nenhuma para que as demolições do pátio do paraíso poupem a igrejinha... **O que havia de interessante era o antigo templo, reformado, ao que parece, no mesmo tempo em que se perpetuou a infeliz restauração (ou coisa parecida) da velha sé de Olinda [...] mas desde que o que era bom e antigo desapareceu, não há razão para que se conserve a aberração arquitetônica**<sup>3</sup> (Diário de Pernambuco, 15/01/1944 apud Santana e Oliveira, 2010, p.525).

Um fato curioso é que, ainda em 1946, apenas três anos após o início das demolições para a construção da avenida, o traçado original proposto por Ulhôa Cintra e aprovado pela Comissão do Plano da Cidade foi modificado. Após o apelo

---

<sup>3</sup> Grifo nosso.

para que fosse poupado o Pátio de São Pedro, que tinha sua demolição prevista no plano original, a justificativa de que isso descaracterizaria o entorno da igreja - essa, sim, tombada desde 1938 - levou à alteração do traçado da avenida. Ficou, portanto, decidido pela demolição do templo dos Martírios em detrimento do Pátio de São Pedro, "a fim de não sacrificar a sua perspectiva" (Pontual e Cavalcanti, 2003, p. 5), assim como o Pátio do Carmo também sofreu alterações consideráveis em função da construção da Dantas.

A respeito da ausência de repercussão sobre a decisão de demolição do templo dos Martírios no ano de 1946, Loretto (2008, p. 151) levanta algumas impressões;

A primeira refere ao fato de a própria Irmandade do Senhor do Bom Jesus dos Martírios não se ter manifestado contra a ameaça de destruição do seu templo, mantendo-se em silêncio, o que pode denotar a falta de preocupação com o destino do edifício nesse momento, ou a descrença na abertura da avenida. A segunda remete ao fato de, nesse período, os Martírios serem um assunto de pouca importância no debate do meio intelectual, que muito pouco se manifestou contra essa previsão de demolição. A terceira inferência refere-se à diferença da reação que a Comissão do Plano da Cidade e o DPHAN tiveram em relação à previsão de destruição do Pátio de São Pedro e da Igreja dos Martírios. Enquanto essas instituições se posicionaram contra a mutilação do pátio, no caso dos Martírios não foi emitida nenhuma manifestação. A última inferência que pode ser feita reporta-se à pouca importância, ou à importância secundária que esse templo tinha aos olhos dos urbanistas que propuseram sua demolição para que fosse aberta uma avenida (Loretto, 2008, p. 151).

Embora em primeiro momento essa decisão tenha sido pouco discutida, logo em seguida, ela recebeu grande destaque. Portanto, de forma semelhante à demolição do conjunto do Paraíso (com o argumento da ausência de tombamento), porém, neste caso, também de forma oposta, na terceira e última etapa para a conclusão da avenida, a previsão de demolição da Igreja dos Martírios aprovada pelo então prefeito Augusto Lucena foi o conflito mais emblemático, e que causaria maior indignação da população.

À essa altura, a abertura da Dantas Barreto já não tinha o mesmo apelo de quando foi proposta e iniciada; as obras já vinham se "arrastando" por algumas décadas e ela não mais representava algo nem tão novo, nem tão moderno.

Assim, no fim da década de 1950, as obras da avenida sofrem uma interrupção, bem noticiada nos periódicos locais. O Diário da Noite de 17 de novembro de 1959 publicou a matéria intitulada **Avenida Dantas Barreto**

*parou: pouco dinheiro e pouca utilidade.*<sup>4</sup> Desse modo, a abertura da via permaneceu interrompida por alguns anos, nas proximidades do Pátio do Carmo (Loretto, 2008, p. 152).

Além disso, como denota Loretto (2008, p. 147), com a queda do Estado Novo e o fim da Segunda Guerra Mundial, difundiu-se uma nova compreensão em relação à necessidade e ao desejo de preservação do patrimônio, o que gerou ainda mais questionamentos à construção da Dantas.

Com a retomada do autoritarismo após o Golpe de 1964, no início da primeira gestão de Augusto Lucena na Prefeitura do Recife, após pouco mais de quatro anos paralisadas as obras, a Dantas Barreto volta a avançar. À medida em que as obras adentram o bairro de São José, o debate a respeito da demolição da Igreja dos Martírios é intensificado. É quando o DPHAN, na figura de Ayrton Carvalho, entra em cena e propõe alterações no traçado da avenida, com o intuito de manter de pé os Martírios, enviando diferentes propostas de planos para a Prefeitura (Loretto, 2008, p. 156-157), o que marca o início de um longo embate, sobretudo entre esses dois órgãos.

A primeira devolutiva encaminhada ao 1º Distrito pelo Escritório Técnico de Planejamento Físico (ETPF) da Prefeitura do Recife questiona uma suposta "mudança de atitude" por parte do DPHAN, referindo-se ao Plano de Gabaritos aprovado pelo órgão em 1965, à qual Ayrton Carvalho esclarece não haver relação entre os assuntos (Loretto, 2008, p. 159). Seguindo essa primeira interação, o ETPF, através de seu diretor Zenildo Caldas, atesta que a permanência dos Martírios será avaliada, juntamente com as alterações sugeridas, sem, no entanto, deixar de considerar a possível "necessidade" de demolição "em benefício do progresso" (Diário Oficial do Município do Recife, 18 de setembro de 1969 apud Loretto, 2008, p. 160).

No entanto, o que se segue após esse primeiro "sopro de esperança", é o início do envolvimento direto do Prefeito Augusto Lucena nas negociações e uma série de tentativas, por vezes esdrúxulas, de manipular a viabilização da demolição do templo dos Martírios por vias "legais", através de ações e discursos enganosos.

Para respaldar a destruição do templo, foram alegadas motivações como falta de importância artística, histórica, cultural, falta de uso, premissa de velar pela vida humana, instabilidade estrutural, necessidade de se abrir a Avenida Dantas Barreto para solucionar os problemas de tráfego, a

---

<sup>4</sup> Grifo nosso.

existência de outras igrejas na proximidade, de outros templos maiores e mais ricos, o consentimento do IPHAN ao assinar a Planta de Gabaritos de 1965 que previa a destruição dos Martírios, entre outros. No intuito de prosseguir com suas obras municipais, a prefeitura se miniu de uma gama de argumentos que tentaram atestar uma motivação legítima para a destruição da igreja, sobretudo a partir de 1971 (Loretto, 2008, p. 230).

#### 4 A Paisagem da Dantas Barreto entre avenida-pensada e avenida-vivida

Neste capítulo, o presente trabalho toma um rumo menos ortodoxo para seguir a discussão a respeito da Dantas Barreto, deslocando-a para o Recife do século XXI. Para isso, realizamos uma "observação caminhante" por toda a avenida, e buscamos discutir como ela se apresenta enquanto paisagem, localizando-a entre os conceitos de "paisagem de poder" e "paisagem vernacular", discutidos por Sharon Zukin (2000), aliados ao de "paisagem-postal", desenvolvido por Lúcia Veras em sua tese de doutorado, depois publicada como livro em 2017: "Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano".

As paisagens urbanas, longe de serem meros conjuntos de edifícios e ruas, constituem espaços complexos e multifacetados, moldados por forças sociais, culturais e econômicas. Zukin (2000, p. 81) analisa a paisagem urbana sob a ótica do poder e do consumo, destacando como as forças econômicas, políticas e culturais moldam a forma como experimentamos o espaço. Para ela, a paisagem pós-moderna é marcada pela aceleração do tempo e pela dissolução das fronteiras entre o público e o privado, impulsionada pela lógica da "disneyficação" e do consumo visual. Essa lógica, por sua vez, promove a homogeneização do espaço, com a proliferação de imagens idealizadas que mascaram as desigualdades sociais e criam uma experiência superficial da cidade.

Em contraponto à paisagem de consumo, surge a ideia da "paisagem vernacular", que representaria os espaços menos influenciados pelo mercado e que carregam marcas da cultura local e da memória histórica. A paisagem vernacular pode ser vista como um lugar de resistência à homogeneização, onde grupos marginalizados buscam preservar sua identidade e seus modos de vida. Essa resistência se manifesta na rejeição aos modelos dominantes de consumo visual e na valorização da autenticidade da cultura local.

Embora Zukin esteja discutindo um panorama relacionado a uma ideia de pós-modernidade muito específica no contexto estadunidense, utilizamos o conceito de paisagem vernacular, em oposição à paisagem de poder, para tensioná-lo ao que decidimos chamar de "paisagem interferente", e que julgamos caracterizar a Dantas Barreto no Recife da contemporaneidade, enquanto testemunho de um espaço em disputa.

Veras também dialoga com essa dicotomia: para a autora, a paisagem-postal

transcende a mera representação visual de um cartão-postal, incorporando as camadas de tempo, memória e significado que conferem identidade a um lugar, de certa forma unindo a paisagem de poder, aquela pretendida como oficial, ao vernacular e ao íntimo, evidenciando a complexidade da relação entre cultura, poder e espaço na construção da identidade urbana. Ela destaca que a paisagem-postal é reconhecida coletivamente como um símbolo da cidade, evocando sentimentos de pertencimento e identificação.

A partir dali, para mim, a paisagem passou a incorporar todos os sentidos e com simbiose a comunicá-los, completá-los, completar-me; além de ver, poder também ouvir as cores; além de cheirar, também poder ver os perfumes... tudo tão real, que, por um instante, se quisesse, poderia tocar (Veras, 2017, p. 18).

No livro, a autora narra o retorno à sua "paisagem-primeira", em Garanhuns, para então partir ao Recife e discutir sobre as transformações na paisagem da área histórica de São José que ocorriam nos anos 2010, com a construção de edifícios modernos de grande altura que alteraram radicalmente o *skyline* da cidade – semelhante àquele que descrevemos nos capítulos anteriores. Veras questiona como conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação da paisagem-postal, que incorpora tanto a materialidade da arquitetura quanto a imaterialidade da vida vivida e da memória coletiva. A paisagem-postal, nesse sentido, representa um desafio para o planejamento urbano, que precisa levar em consideração não apenas os aspectos estéticos e econômicos, mas também os valores culturais e simbólicos que conferem identidade a um lugar.

Iniciando nossa observação na extremidade norte da Avenida Dantas Barreto, vemos à esquerda o imponente Tribunal de Justiça de Pernambuco, com um estilo arquitetônico neoclássico, repleto de colunas, janelas em arcos e ornamentos, de cor amarela e creme, cercado por grades de ferro que o separam da calçada.

Do outro lado da avenida, cercada pelas mesmas grades, está uma agência da Caixa Econômica Federal, um prédio de arquitetura moderna e brutalista, completamente oposta ao vizinho, com ângulos bem retos, concreto, vidro e uma estrutura bastante horizontal. Na parte traseira do edifício, há um painel de azulejos azuis, que ilustram ornamentos abstratos e orgânicos, formas sinuosas e espirais. Também há muitas árvores rodeando o edifício e suas copas acabam bloqueando

um pouco a vista de sua fachada lateral, onde estão localizadas salas administrativas da agência.

Ao centro da avenida, dividida em duas vias cortadas por um canteiro onde está também uma estação de ônibus BRT, há um busto de bronze colocado sobre uma base de pedra que encara a rua entre o Teatro de Santa Isabel e a Praça da República. A escultura é de um homem trajado com uniforme militar e parece não haver sinalização que identifique o sujeito homenageado, mas arriscamos tratar-se do homem que dá nome à avenida; Dantas Barreto.

Imagens 1 e 2.



Fonte: A autora (2023).

Localizamos, a partir do *Google Maps*, algumas imagens do busto em 2019, ainda com placa de identificação, embora a essa altura não fosse mais a original e já estivesse bastante degradada. Ela apresenta o homenageado: “General Emídio Dantas Barreto - Militar, escritor e político pernambucano, membro da Academia Brasileira de Letras, foi Governador de Pernambuco de 1911 a 1915”. Abaixo, a observação: “relocação do busto pela administração do Prefeito Roberto Magalhães”.

Corrigindo uma injustiça - É de registrar, com louvores, a iniciativa do Chefe da Casa Civil do governo Paulo Guerra, o sr. Marcos Vinicius Vilaça, procurando dar o destino merecido ao busto do general Emidio Dantas Barreto, que, ninguém sabe como ou porque, se encontrava perdido nos desvãos do Palácio, num descaso de todo injustificável. [...] e vale ressaltar que a cidade demorou de mais em lhe reverendar condignamente a memória, pois somente aí por volta de 1940 o sr. Novais Filho iniciou o resgate da dívida velha, dando-lhe o nome à Avenida que desde então pouco ou nada avançou. Caberia a um jovem de uma geração que do velho Dantas mal conserva a memória, o moço Marcos Vinicius, prosseguir na tarefa de perpetuar-lhe a presença simbólica, promovendo-lhe a ereção do busto que a Prefeitura faria bem mandando colocar ao longo da Avenida que lhe guarda o nome. Os pernambucanos precisam não esquecer a lição soberba de um conterrâneo que, em meio a falhas e erros, ainda restará como exemplo da boa pernambucanidade. (Diário de Pernambuco, 1966).

De acordo com a nota do Diário de Pernambuco, o busto de bronze em homenagem a Dantas Barreto só viria a ser instalado na segunda metade da década de 1960, quando já se completavam mais de 20 anos do início da construção da avenida, oficializada a partir do decreto-lei nº 378 de 20/12/1943 (Pontual e Cavalcanti, 2003, p. 1).

Seguindo a via no sentido sul, o segundo e terceiro edifícios ao lado esquerdo, logo atrás do Tribunal de Justiça, são semelhantes no estilo e nos usos. Ambos possuem aproximadamente cinco pavimentos, incluindo o térreo, são largos e possuem algumas colunas de sustentação na frente da fachada. Aparentam terem sido criados como centros comerciais ou os chamados “usos mistos” com habitação nos pavimentos e comércio no térreo. No primeiro é possível visualizar uma lanchonete, uma lotérica, uma casa de crédito e uma barbearia que dão para a rua. No segundo, vários espaços da galeria foram fechados com tapumes. Na calçada há barraquinhas e quiosques de coco, lanches e frutas. Ambos os prédios também apresentam uma arquitetura moderna, com elementos típicos como cobogós, brises e azulejos, além das colunas e “vigas” verticais na fachada do Edf. São Francisco, que servem para criar sombra e privacidade.

Ao lado direito, atrás da Caixa Econômica, há um restaurante improvisado que mais parece uma “banquinha”, com cadeiras de plástico de boteco na calçada e uma placa onde se pode ler “Nego Rei do”, seguido por um desenho de uma panela com feijão preto. Há mais alguns estabelecimentos fechados, uma “Farmácia do Trabalhador”, uma casa vermelha identificada como “Ebenezer” (local de culto) e uma padaria. À direita dela uma rua calçada e estreita.

Retomamos a observação ao canteiro central mais uma vez. Ele tem cerca de oito pequenas árvores, mais ou menos equidistantes. A maioria não cumpre função de abrigo ou sombra porque são pequenas demais, tampouco há bancos ou outros tipos de mobiliário urbano que estimulem permanência. Ainda do lado direito, mais alguns lugares fechados, uma lanchonete, uma papelaria, uma lotérica e uma barraquinha de frutas na calçada da frente.

Ao atravessar o primeiro cruzamento da avenida, visualizamos, ao lado esquerdo, o grande, imponente, quadrado e branco "Prédio do INSS", uma construção icônica que configura um dos grandes símbolos da arquitetura moderna do Recife, até hoje usada como "ponto de referência" na região, como um dos substitutos de maior altura às torres das igrejas, e conhecida por praticamente qualquer recifense com 30 anos ou mais.

**Imagem 3.**



Fonte: A autora (2023).

A grande fachada lateral do prédio, virada para a Rua Siqueira Campos, está cheia de “pichos”. Em seu canto direito, à altura dos olhos, chama à atenção a frase: “QUER TER UMA VIDA MELHOR? ESTUDA MENINO(A)”. Na primeira fase de observação, realizada virtualmente através do *Google Maps*, a fachada principal parece estar interdita, intercalando paredes de concreto erguidas para bloquear

as entradas, e portas de vidro trancadas com barras de ferro e cadeados. As portas e paredes de vidro também estão pichadas. Através delas, é possível ver materiais de obras e metralhas espalhadas e apoiadas sobre as colunas, no que parece ser o hall do edifício. Mais à frente, há uma porta aberta. Em frente a essa entrada, há um totem publicitário com as informações de uma gráfica rápida que funcionou ali. O último espaço comercial do térreo é um instituto educacional voltado à área da estética, com cursos para cabeleireiro, barbeiro, manicure etc.

Em um segundo momento, realizando a observação a partir do caminhar, novamente este prédio se destaca na paisagem. Levou um tempo para o reconhecermos à medida em que caminhávamos, pois mantínhamos um olhar mais voltado para a linha do chão do que para os prédios. A fachada do térreo foi completamente tomada por um grande muro (Imagem 3) - exceto por uma pequena abertura no canto esquerdo.

Imagens 4 e 5.



Fonte: A autora (2023).

Esse acesso atravessa o prédio até os fundos, com a mesma abertura na sua parte traseira, que dá para a Rua Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos. É um espaço impressionante. Aparentemente, hoje em dia funciona ali uma espécie de estacionamento, junto com um "restaurante" de galetto. Ficamos intrigados com a

drástica mudança nos usos ao longo do tempo, nesse caso com a utilização inusitada de um espaço que costumava ser um *hall* do edifício, com um belo e imponente painel ilustrado.

Bem em frente ao prédio do INSS, ao outro lado da avenida, outro destaque é o Edifício Pernambuco. Neste caso, não por se apresentar como um exemplar arquitetônico marcante, apesar de possuir uma bela fachada, mas por sua importância cultural na cidade. Trata-se de um edifício de uso misto, com galerias comerciais no térreo e uso residencial nos pavimentos superiores, que há pelo menos uma década passou a hospedar noites de agito cultural, com coletivos de arte, estúdios de tatuagem e ateliês de desenho ocupando os seus apartamentos. Uma série de eventos e atividades foram movimentados por esses grupos e colocaram o "Pernambuco", como costuma ser abreviado, no imaginário de diferentes gerações e classes sociais do Recife, principalmente entre os anos de 2015 e 2018, juntamente à Praça do Sebo, que fica aos fundos do edifício, operando quase como seu "pátio interno".

Apesar de toda essa movimentação, esse trecho da avenida, que precede o cruzamento com a Av. Guararapes, parece bem mais esvaziado e "sem vida" se comparado ao grande fluxo de pessoas do outro lado dessa espécie de "fronteira" que é o cruzamento das avenidas, sobretudo durante o dia. É também o trecho onde começam a aparecer esses edifícios com mais altura, como os últimos citados.

Ainda antes da "fronteira", junto ao prédio do INSS, há um aglomerado de bancas e quiosques que formam uma pequena feira, algo como uma "extensão" da Praça do Sebo, aparentemente, pois a maioria realiza a venda de livros, CD's e DVD's. Há um odor característico desse trecho, que evoca uma memória olfativa do centro do Recife de forma geral, e remete a cheiros como graxa, peixe e urina. Deste ponto, mirando a avenida no sentido sul, alguns elementos se destacam na paisagem: à esquerda, o Empresarial Antônio Barbosa; à direita, o Edf. Guararapes e a Igreja da Matriz de Santo Antônio.

A conclusão da Avenida Dantas Barreto, mesmo que muito próxima temporalmente, não seguiu o padrão de ocupação da Guararapes. Os arquitetos modernos rejeitaram o modelo da Guararapes em prol de uma linguagem moderna, com a utilização de brises-soleil, cobogós, panos de vidro e painéis artísticos nas fachadas. **Os novos edifícios foram projetados para serem observados como objetos isolados na paisagem**<sup>5</sup>, de acordo com as discussões realizadas no âmbito dos

---

<sup>5</sup> Grifo nosso.

Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna. A escala dos novos edifícios foi um dos pontos de maior conflito em relação aos interesses da Diretoria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) (Oliveira e Moreira, 2023).

Nos parece oportuno resgatar aqui o debate sobre as paisagens de poder discutidas a partir das leituras de Zukin e Veras, conforme apresentamos acima. Apesar de hoje a avenida evocar outras leituras, é fácil mobilizar uma reflexão a respeito do que essas edificações representaram quando das suas construções.

Ficam evidentes as intenções nas transformações realizadas no século XX de fazer desse espaço um grande centro comercial das classes mais altas, uma espécie de “enclave fortificado” a céu aberto (Caldeira, 1997), se é que isso faz algum sentido. À medida em que a Dantas Barreto é concluída, como discutimos no capítulo anterior, ela se concretiza, ao menos por um período, enquanto a pretendida paisagem de poder, operando como símbolo do desenvolvimento do Recife. Era fácil localizar na região cinemas de rua, teatros, grandes lojas de departamento, além de escritórios de grandes empresas, praças e igrejas (as que permaneceram). Tudo estava alinhado àquela idealização da modernização e da ideia de progresso.

Mas então o que acontece que faz essa população não quista – que deveria ter “obedecido” às movimentações da gentrificação quando foram expulsas e permanecido às margens da cidade – retornar a esse espaço que não foi pensado para elas?

Posicionamos aqui então a ideia da interferência, muito mais do que um movimento de resistência. Não é que as pessoas necessariamente se organizaram para resistir a esse processo – talvez nem tenham tido esse fôlego, durante uma sucessão de governos autoritários –, mas, de alguma forma, elas interferiram e insistiram em moldar esse crescimento também, não se pondo em uma posição contrária, mas como sujeitos dessa construção da realidade.

[...] a Avenida Dantas Barreto somente foi finalizada décadas após sua concepção inicial, quando as demandas de circulação para a zona sul da cidade – motivo para a sua proposição inicial – já haviam sido desviadas da área central. Assim, foi uma via que nasceu subutilizada, o que contribuiu para o estabelecimento espontâneo de comerciantes de rua, que tomavam partido do amplo espaço livre da Avenida, com cinquenta metros de largura” [...] Por outro lado, em 1952, foi inaugurado o primeiro terminal rodoviário da cidade: o Terminal Rodoviário de Santa Rita, em São José. “A partir da instalação deste equipamento, é que em sua área circunvizinha [...] foram estabelecidas um maior número de lojas dirigidas ao comércio de miudezas e de atacado (NÓBREGA, 2008, p. 113)” (Menezes, 2022, p. 198).

É na região do cruzamento das duas avenidas, onde está a Praça da Independência, a "Pracinha do Diário", com seus canteiros de grama seca e queimada, que o comércio e a atividade, de maneira geral, começam a se intensificar. A praça é arborizada, com árvores de diferentes tamanhos e formatos. Notam-se mais algumas esculturas de bronze, bustos, também, como o que vimos no início da via. Há uma escultura de corpo inteiro erguida sobre uma base de cimento que fica no canto direito da praça, para quem a olha a partir da Dantas. Nenhuma delas apresenta, no entanto, informações sobre autoria, e a maioria nem a de quê ou quem está representando e/ou homenageando. Na lateral da praça, há uma base de pedra para uma placa que foi removida (provavelmente indicava o nome e breve história do local – Imagem 6). Fotografei a base-sem-placa e uma das esculturas, mas foi nesse momento que comecei a sentir uma forte sensação de insegurança que acompanhou durante a maior parte da minha caminhada, que me impossibilitou de fotografar o conjunto dos outros três bustos presentes na praça.

Talvez pelo "look" meio de turista ou pelo comportamento inusual de observadora, ou talvez em alguns momentos simplesmente por ser uma mulher no meio da rua, mas também me senti muito observada, e conseqüentemente, vulnerável. Por isso, acabei deixando de registrar algumas coisas e sinto que minha experiência foi muito atravessada pelo medo.

**Imagens 6 e 7.**



Fonte: A autora (2023).

A escultura em destaque na Imagem 7 – essa sim devidamente identificada – representa um mascate, um comerciante, e acompanha uma passagem de Fernando Pessoa; “...Por onde passa o comércio, chega a cultura. O Mascate leva, nas suas costas, os livros, as gravuras, os pigmentos para a pintura, papel e tinta, os remédios e as notícias do mundo e dos vizinhos. Nosso Mascate (...) percorre todos os caminhos.”

Além das esculturas, tem também bastante gente sentada nos canteiros e passando pela praça, uma estação de bicicletas do Itaú e uma lixeira imensa verde-limão da Prefeitura do Recife, no meio da calçada. Nos arredores da Pracinha, incluindo do outro lado da avenida, na lateral da Igreja de Santo Antônio, há um pequeno aglomerado de ambulantes e pequenas lojas.

O prédio de esquina da Rua Nova com a Pracinha do Diário, que tem uma das fachadas na diagonal, está completamente pichado e pendura uma faixa onde se lê: “QUE OS IMÓVEIS ABANDONADOS E DEVEDORES VIREM MORADIA E TRABALHO PRO POVO”. Também dá para ler, pichado na fachada: “OCUPAR E RESISTIR” e “DIREITO PRAS MULHERES”.

Até 2017, as imagens no *Google Maps* eram do prédio abandonado e completamente bloqueado, com tapumes e tijolos nas janelas. Em Março de 2020, o prédio serviu como abrigo para a Ocupação Marielle Franco.

A ocupação Marielle Franco (Figura 491) liderada por mulheres do MTST, deu visibilidade para alguns problemas: (i) o déficit habitacional na cidade do Recife; (ii) o abandono de edificações no centro da cidade; (iii) as altas dívidas de IPTU desses imóveis, mencionadas anteriormente neste diagnóstico. Apesar de tudo isso, a ocupação chegou ao fim devido aos riscos que morar naquele prédio, abandonado há 10 anos, sem água, energia e condições mínimas de habitabilidade oferecida às famílias. Essa situação, decorrente da ocupação Marielle Franco, torna-se uma oportunidade para discussão de habitação de interesse social no centro como uma possível diretriz para amenizar alguns dos problemas identificados (Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural - DPPC, 2020).

No momento da observação, a imagem mais recente deste mesmo prédio, de janeiro de de 2023, mostrava que as esquadrias das janelas foram recolocadas e algumas delas estão abertas, mas não dá para saber se há alguém morando ali. As pichações continuam lá.

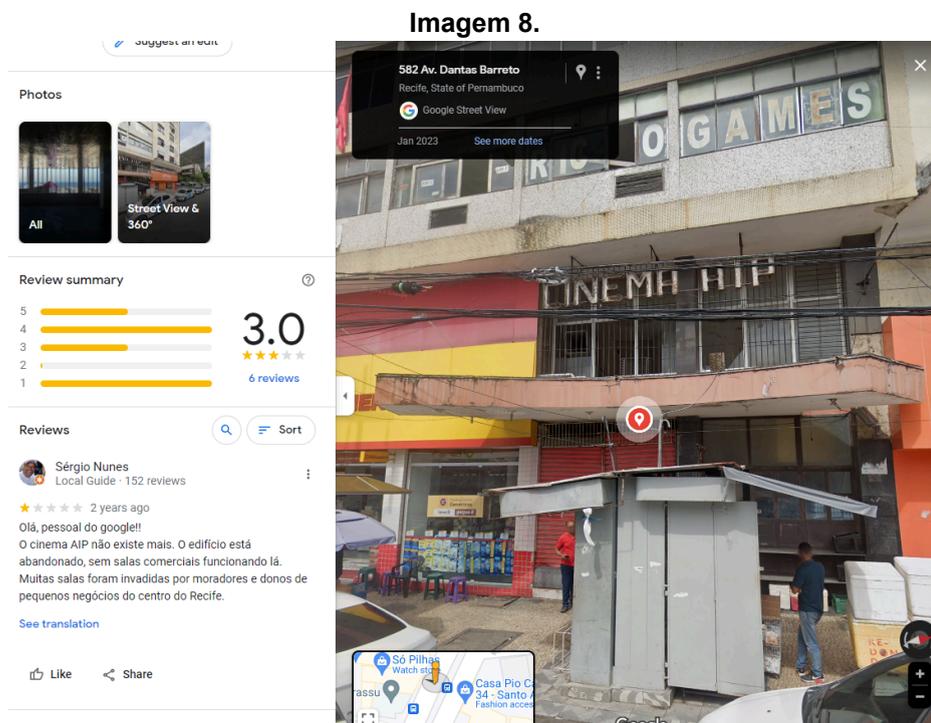
Do lado direito da avenida, na esquina com a Rua das Flores, está o Edifício Tiradentes, que hospeda uma agência do banco Santander. Na fachada lateral do edifício, que dá para a Rua das Flores, uma calçada para pedestres, havia um grande painel do artista pernambucano Francisco Brennand que representa a Batalha dos Guararapes, removido e restaurado para ser realocado a uma outra agência do Banco Santander.

Nas calçadas laterais e no canteiro central, intercalam-se pessoas, camelôs, paradas de ônibus e barrquinhas de lanche, de fruta, de capinhas de celular, óculos de sol... É onde o comércio se intensifica. É onde a descrição se torna um pouco mais desafiadora porque a atividade e a movimentação aumentam.

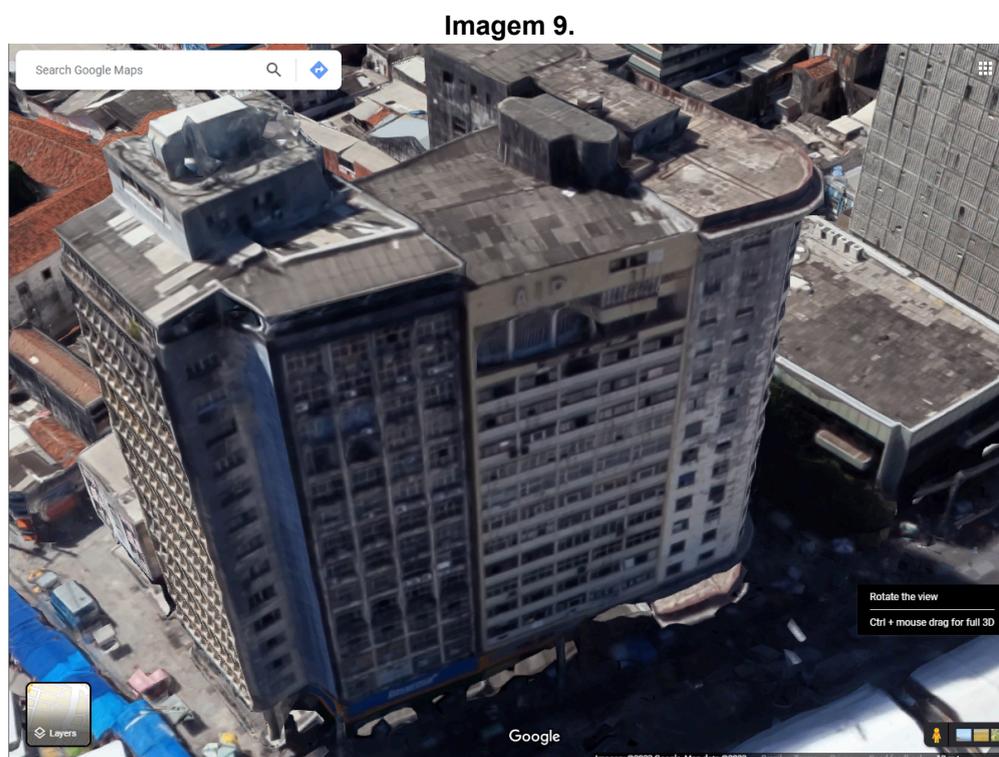
Passei um tempo tentando descobrir qual é o número do edifício que fica de frente para o Tiradentes. Uma construção moderna, também, em concreto e vidro fumê. No registro, de janeiro de 2023, ele está cercado por tapumes e arame farpado. É possível visualizar uma placa de “vendo” e outra, maior: “imóvel em leilão”.

Depois dele, em frente à parada de BRT, está o Edifício AIP, onde antigamente funcionava o Cinema AIP, na cobertura. Ainda tem o antigo letreiro de luzes neon estampado na fachada, logo na entrada do prédio. Segundo o

comentário de um senhor nas avaliações do Google sobre o estabelecimento, o prédio foi abandonado e eventualmente “invadido”, ocupado por comerciantes e outros moradores do centro da cidade:



Fonte: Google Maps. Disponível em: <[google maps - link](#)> Acesso em: 31 de julho de 2023.



Fonte: Google Maps. Disponível em: <[google maps - link](#)>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

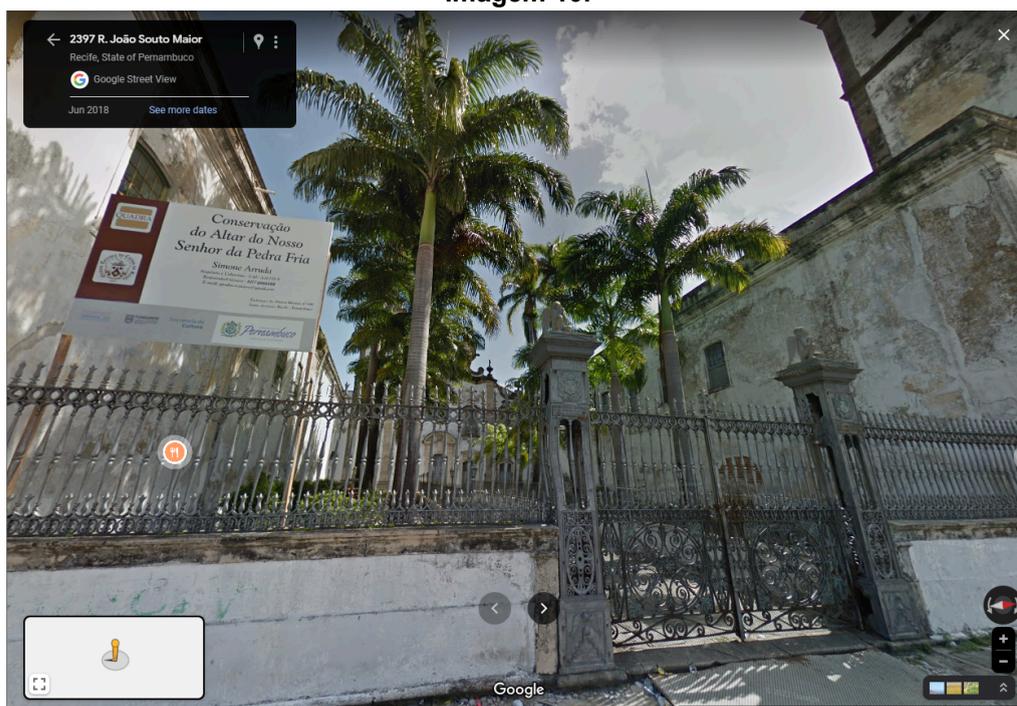
Entre essas duas últimas construções está a Rua Infante Dom Henrique. Semelhante à Rua Nova e à Rua das Flores, parece ter sido uma rua calçada para pedestres e que foi tomada pelos camelódromos. Esse “setor” comercial é mais dedicado à venda de eletrônicos e jogos.

Exatamente ao lado do AIP tem o Edifício Igarassu, que tem uma grande fachada virada para o Pátio do Carmo. Do outro lado da avenida, a gigantesca loja da Casa Pio toma toda a parte do quarteirão que dá para a Dantas. Nessa região tem mais gente dormindo na calçada, várias carrocinhas “estacionadas” próximas ao meio fio, uma galera esperando ônibus.

Chegamos então no que podemos considerar talvez a segunda “fronteira” dessa via. O encontro das avenidas Dantas Barreto e Nossa Senhora do Carmo, que desemboca precisamente no Pátio do Carmo, onde estão a Basílica de Nossa Senhora do Carmo e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo.

Como já afirmamos, é nesse trecho que a coisa começa a complicar. Já não dá para fazer uma observação tão linear (não que antes tenha sido), mas a amplitude do Pátio do Carmo e a quantidade de coisas acontecendo à volta são um desafio e tanto de se “capturar”.

Imagem 10.

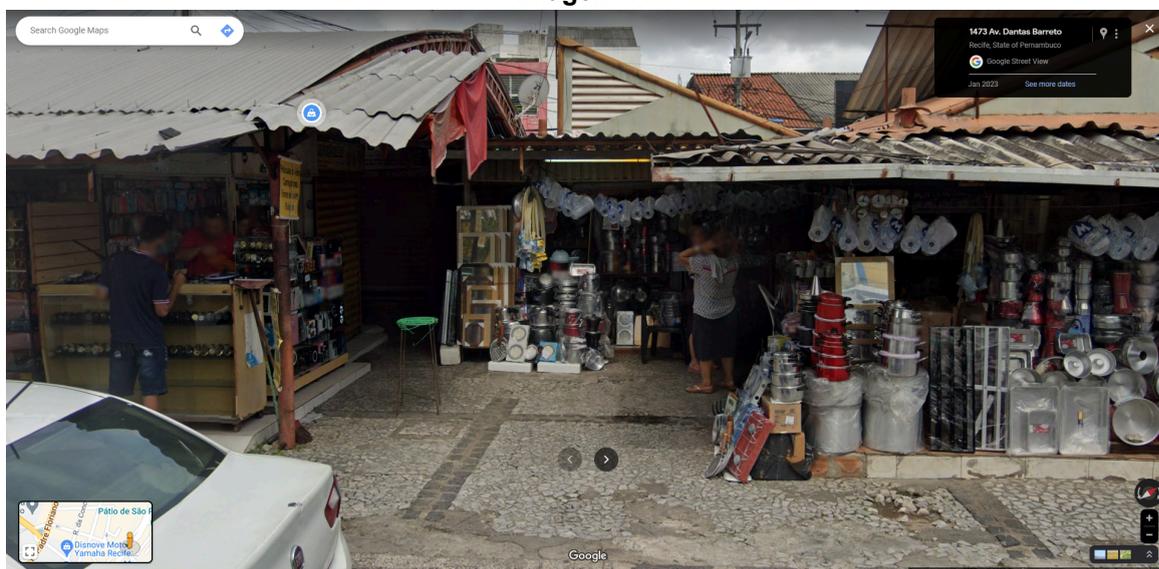


Fonte: Google Maps. Disponível em: <[google maps link](#)>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Antes de seguir outros caminhos além do Pátio, notei que tem uma escultura, mais ou menos na altura do Restaurante Manga Rosa, vizinho da Ordem Terceira do Carmo, mas bem mais próxima da avenida do que da igreja. Voltando para o ponto de encontro entre as duas avenidas, o lado esquerdo da via tem uma configuração completamente diferente da que acabei de descrever no Pátio. Do lado de lá, amplitude, grandes prédios e palmeiras e a igreja super imponente. Do lado de cá, pequenos edifícios de dois pavimentos grudados uns nos outros e ruas menores ainda. A calçada é completamente tomada por banquinhas e camelôs. Mais uma vez, tem de tudo: amoladores, óculos, capinha, bijuteria, escova de dente... No comércio “oficial”, dentro das lojas, predomina o comércio de roupas.

No canteiro central da avenida, onde mais para trás tinham árvores e as paradas de BRT, nesse trecho se inicia uma grande ocupação de banquinhas de comércio e prestação de serviços – o Camelódromo, chamado oficialmente de “Calçadão dos Mascates”. É aqui que se fortifica a ideia da “paisagem interferente” que buscamos explorar.

**Imagem 11.**



Fonte: Google Maps. Disponível em [google maps link](#). Acesso em 01 de agosto de 2023.

**Imagem 12.**



Fonte: Google Maps. Disponível em [google maps link](#). Acesso em 01 de agosto de 2023.

Quando cheguei ao Camelódromo, logo no início, depois do Pátio do Carmo, um senhor me abordou de uma maneira esquisita porque foi “discreta demais” (e isso também me causou medo). Ele estava caminhando quando falou comigo, “moça”, com a cabeça baixa, sem parar de caminhar. Eu fingi que não era comigo e também continuei andando, quando ele chegou mais perto e falou de novo “moça, se a sua corrente for de ouro, tire e guarde porque aqui tem sete, oito para arrancar do seu pescoço”. Fiquei assustada, entrei na loja mais próxima para me refugiar. Os vendedores me abordaram e quando expliquei a situação disseram que é muito comum, tem muito assalto nessa região, mesmo durante o dia.

Decidi, então, ir andando em zigue-zague por dentro e fora do camelódromo, nos corredores internos e nas laterais, pela calçada que dá pra avenida. Percebi que existe quase que uma divisão por “setores” ali dentro também; no primeiro trecho predomina o comércio de vestuário e calçados, um pouco misturado com algumas lojas de utilitários domésticos, como panelas, vasilhas, etc. Em seguida uma enxurrada de lojas de eletrônicos e acessórios relacionados, tanto para comércio quanto serviços de assistência. Algumas lojas de joias e bijuterias, um trecho com lanchonetes e alguns *self-service's* sem balança (a comida estava bem cheirosa). Outras banquinhas mais ao fundo ofereciam serviços, algumas de reparo de equipamentos diversos, como ventiladores, por exemplo, e amoladores, sapateiros... Quanto mais entrava, também mais vazios ficavam os boxes, os

corredores do camelódromo e a própria rua. Sobretudo do lado direito da avenida, na altura da agência do banco Bradesco, o movimento diminuiu bastante e, conseqüentemente, a sensação de perigo aumentou.

Depois de algum tempo, me sentei em um batente para anotar as minhas primeiras impressões no caderno que carregava comigo e uma mulher apareceu, me pedindo a minha caneta emprestada. De novo o medo. Fiquei desconfiada, primeiro achei que ela ia me pedir o celular emprestado, e depois fiquei me perguntando se aquilo poderia ser uma “armadilha” de alguma forma. Também me senti mal por isso, por essa desconfiança e esse medo, fiquei me perguntando o que eles poderiam significar. Se outras pessoas ali também compartilhavam desses sentimentos em alguma medida. Mas eu definitivamente me senti como “o outro” enquanto estive ali. Para mim, a iminência do perigo e da violência estava nas entrelinhas daquele espaço. Mas a maioria das pessoas com quem cruzei pareciam pertencer a ele, destemidas e confortáveis entre si.

Muita gente está ali trabalhando, muitos comprando, resolvendo pendências do dia a dia. Parece que todos estão andando o tempo todo, sempre se mexendo. Eu senti que precisava também estar andando o tempo todo, me movimentando, e que se ficasse parada seria um “alvo” óbvio e fácil.

Esse movimento em zigue-zague que guiou o meu percurso é típico de grandes centros comerciais, lugares onde existe grande circulação de pessoas e coisas; tem que ficar atento para não sair esbarrando em tudo. Fiquei pensando naquele espaço antes de existir a avenida, antes das demolições, e resolvi caminhar também pelas ruas “de dentro”, num esforço de visualizar algo mais próximo do que seria essa paisagem “original”. Algo curioso que me ocorreu nesse processo é que a própria estrutura do camelódromo parece recriar essa “malha original” do centro, as ruelas e becos da “paisagem vernacular”, de uma maneira orgânica.

“Reconheçamos a necessidade das ruas largas numa cidade moderna, seja qual for sua situação geográfica ou o sol que a ilumine; mas não nos esqueçamos de que a uma cidade do trópico, por mais comercial ou industrial que se torne, convém certo número de ruas acolhedoramente estreitas nas quais se conserve a sabedoria dos árabes, antigos donos dos trópicos: a sabedoria de ruas como a Estreita do Rosário ou de becos como o do Cirigado que defendam os homens dos excessos de luz, de sol, e de calor ou que os protejam com a doçura das suas sombras. A sabedoria das ruas com arcadas, de que o Recife devia estar cheio. A sabedoria das casas com rótulas ou janelas em xadrez, que ainda se surpreendem em ruas velhas daqui e de Olinda” (Manifesto Regionalista de 1926, edição de 1955, p. 25).”

Concluindo nossa observação, nos apropriamos aqui da síntese realizada por Veras (2017) para localizar as transformações urbanas que se davam no Recife no momento de sua análise, e que julgamos serem aplicáveis também às considerações a respeito da Dantas Barreto, levando em conta o seu processo de construção e sua configuração atual.

“[...] quatro constatações sintetizam a apreensão da paisagem: (i) a de que o valor histórico da arquitetura que destaca os monumentos em São José e Santo Antônio é uma paisagem-postal que exclui os modernos edifícios; (ii) a de que a vida vivida que se manifesta na linha de chão alimentada pelo comércio popular em São José e Santo Antônio também é uma paisagem-postal independentemente dos modernos edifícios e da ausência do planejamento e da gestão pública; (iii) a de que, enquanto entre arquitetos há certa incompreensão das noções de paisagem urbana - nem sempre por insensibilidade e quase sempre por desconhecimento dos instrumentos de trabalho que considerem a paisagem-, revelada na legislação urbana, entre os cineastas, o olhar privilegiado que justapõe imagens e palavras revela a forte referência de que essa paisagem-postal - São José e Santo Antônio - encarna a história da cidade e das pessoas, e que os modernos edifícios, como exemplo de cidade desejada, não comparecem às suas lentes.” (Veras, 2017, p. 29).

Os “modernos edifícios” deslocados da paisagem-postal no trecho de Veras são as torres gêmeas, mas essa lógica também pode ser aplicada aos edifícios modernistas das avenidas Dantas e Guararapes. Por fim, consideramos que a avenida não “acaba” quando sua construção é finalizada, como uma coisa dada e estática. Ela nasce dos usos que as pessoas fazem dela (assim como todos os espaços).

## 5 Conclusão

A Avenida Dantas Barreto se apresenta como um testemunho do empreendimento especulatório de expulsão do centro do Recife, ao mesmo tempo em que se contrapõe como uma tentativa falha do mesmo. O fracasso frequentemente associado à sua existência, vinculado a um caráter de inutilidade escancarado na afirmação de se tratar de "uma avenida que leva do nada a lugar nenhum", se dá principalmente pela falta de êxito no processo de gentrificação e expulsão que foi mobilizado pelo poder público no início do século XX. As medidas sanitárias empregadas nesse processo representam as ações de uma cidade que condena a vida vivida, "fora de ordem" de sua população. E fora de ordem, ou seja, desordenada, no sentido de desorganizada, mas também de "transgressora".

Como discutimos, ao não se concretizar a longo prazo a "paisagem-postal" como sinônimo da paisagem de poder pretendida, tornam-se, em seu lugar, essas paisagens interferentes a verdadeira "cara" do centro do Recife, evidentemente que não sem provocar o incômodo de sua sociedade – inclusive aquela que está estampada no postal.

A nossa intenção é revogar um olhar direcionado à avenida enquanto coisa acabada, fechada em si mesma, e oferecer em troca um novo olhar sobre ela, enquanto uma avenida habitada – em lugar de uma avenida meramente ocupada. O trabalho, portanto, apresenta-se como um esforço de transformação das narrativas que se criam sobre a cidade e seus espaços, seus lugares. É sobre as relações, sobre a ação. As coisas não são independentes no mundo, estão sempre em comunhão umas com as outras.

Por fim, admite-se enquanto uma lacuna de pesquisa a perspectiva prática do trabalho, além disso, como a construção da Dantas Barreto revelou, por ser um processo extenso e complexo, pesquisas futuras podem buscar novas perspectivas para análise do objeto, entrevistando membros das agências de cultura da cidade, por exemplo. Soma-se a isso, a possibilidade de realização de pesquisas futuras que tratem sobre a criação de outras avenidas importantes no centro do Recife, como a Avenida Conde da Boa Vista, Avenida Caxangá ou Avenida Norte. Além disso, trabalhos quantitativos podem ser realizados para captar o imaginário social em torno desses espaços.

*A avenida não precisa levar a lugar algum, pois ela é o lugar, o destino.*

## Referências

- BARROS, G.; ALBUQUERQUE, M. Z. A. de. O processo de modernização no Bairro de Santo Antônio na primeira metade do século XX: o caso da Praça da Independência. **Revista Mosaico-Revista de História**, 2021, 14.1, p. 119-139.
- CALDEIRA, T. P. do R. Enclaves fortificados: nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, 1997. p. 155-176.
- CARLOS, A. F. A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, 2020. v. 11, n. 1, p. 349–369.
- CAVALCANTI, G. B. Comunidade e identidade: a Liga Social Contra o Mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da Cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. **Revista Escritas**, v. 7, n. 2, 2015. p. 215-229.
- CENTRO DE FORMAÇÃO PAULO FREIRE. **História e processos de urbanização no Brasil, com Ermínia Maricato**. 2021. Disponível em: <https://youtu.be/r-ljt1phXfA>. Acesso em: 21/08/2021.
- DIARIO DE PERNAMBUCO. **Relações públicas nos hotéis indicam evolução**. Hemeroteca Digital, Recife, 27 maio. 1979. p. 1–108. Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/029033\\_15/136153](http://memoria.bn.br/DocReader/029033_15/136153)>
- DIRETORIA DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL - DPPC. **Plano de Preservação do Patrimônio Cultural do Recife: Diagnóstico das Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural | ZEPH Sítio Histórico de Santo Antônio e São José - ZEPH-10 e 14**. 1. ed. Recife: Prefeitura do Recife, 2020. V. 01.
- GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2018.
- GLEDHILL, J.; HITA, M. G. Requalificação urbana e despejos em centros novo e antigo de Salvador. **Cad. CRH**, Salvador, v. 31, n. 82, p. 39-58, Apr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Hms58TQhv73twN8hgf3CWWn/?lang=pt#>. Acesso em: 24/05/2024.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- JEUDY, H.-P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- LEFEBVRE, H. **A Cidade do Capital**. 2º ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.
- LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Unicamp, 2007.

- LORETTO, Rosane Piccolo. **Paraíso & Martírios: histórias de destruição de artefatos urbanos e arquitetônicos no Recife**. 2008. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.
- McCLINTOCK, A. **Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. p. 123-199.
- MENEZES, Larissa Rodrigues de. **Centro histórico e centro urbano em disputa: O mercado imobiliário como coordenador da competição entre os usos comercial e residencial em São José e na Boa Vista**. 2022. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2022.
- MOREIRA, F. D. **A transformação do bairro de Santo Antônio no Recife (1938-1949)**. SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, XIV (2016).
- OLIVEIRA, P. A. S. DE ; MOREIRA, F. D. Arquitetura moderna e patrimônio na modernização do bairro de Santo Antônio no centro histórico do Recife (1946-1979). Registros. **Revista de Investigación Histórica**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 20-39, 2023. Disponível em: <https://revistasfaud.mdp.edu.ar/registros/article/view/613>. Acesso em: 7 jul. 2024.
- PEIRANO, M. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul. 2014.
- PEIXOTO, F. A cidade e seus duplos: os guias de Gilberto Freyre. **Tempo Social**, São Paulo, v. 17, n. 1, 2005. p. 159-173.
- PONTUAL, V.; CAVALCANTI, R. A abertura da avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 – 1970. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, 22., João Pessoa-PB, 2003. Anais... Paraíba: Universidade Federal da Paraíba, 2003. p. 1-6.
- PONTUAL, Virgínia; PEREIRA, Juliana Melo. As práticas do urbanismo modernista e da conservação urbana na cidade do Recife: dilemas, confrontos e o Plano de Gabaritos de 1965. **Oculum Ensaios**, [S. l.], n. 13, p. 98–111, 2011. DOI: 10.24220/2318-0919v0n13a144. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/144>. Acesso em: 15 jul. 2024.
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: EDIÇÕES ALMEDINA. SA, 2009. p. 73-118.
- REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – DPHAN. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbeta). ISBN 978-85-7334-279-6.

- REYNALDO, A. **As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife**. Recife: CEPE, 2017. p. 52-162.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. p.141-253.
- SÁ BARRETO, F.; MEDEIROS, I. **Culturas do passado-presente: um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em um Recife de três tempos**. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, v. 5, n. 14, p. 667-691, 29 jun. 2020.
- SÁ BARRETO, F. (no prelo). **Arqui-texturas da Torre**, 2022.
- SANTANA, A.; OLIVEIRA, N. C. De patrimônio edificado a patrimônio silenciado: “modernizações” no centro urbano do Recife. In: **Anais Eletrônicos do IV Colóquio de História “Abordagens Interdisciplinares sobre História da Sexualidade”**. Marques, L. C. L. & Cabral, N. D. A. (Orgs.). Recife, 16 a 19 de outubro de 2010. p. 514-529. ISSN: 2176-9060. Disponível em: <http://www.unicap.br/coloquiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.514.pdf>. Acesso em 7 jul. 2024.
- SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz & Terra, 2016. p. 9-20.
- SILVA, R. M. C.. A Destrução das Igrejas do Paraíso e dos Martírios para a abertura da Avenida Dantas Barreto: o patrimônio esquecido. **Colóquio De História Da Unicap**, [S. I.], v. 17, p. 329–339, 2024. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2705>. Acesso em: 14 out. 2024.
- SOUSA SANTOS, B. de. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes IN SOUSA SANTOS, B. de & MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- VERAS, L. M. de S. C. **Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. p. 17-65.
- WACQUANT, L. J. D. **Punishing the poor : the neoliberal government of social insecurity**. Durham and London: Duke University Press, 2009.
- YÚDICE, G. **A Conveniência da Cultura: usos da cultura na era global**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004
- ZUKIN, S. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antônio, org. **O Espaço da Diferença**. Campinas: Papiros, 2000. p. 80-103.